

Estado Social de Direito

Uma alternativa ao estado mínimo neoliberal

RESUMO - Proposta da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil para um modelo de organização do Estado Brasileiro, suas derivações e implicações, antagônico à privatização do aparelho estatal pelos interesses capitalistas privados. Com vistas a superar a exclusão social, a fome e a miséria; assegurar o pleno emprego, liberar o potencial produtivo da terra e estabelecer programa de metas comprometido com o desenvolvimento sustentável, mediante o princípio da Democracia Real. O Estado Social de Direito, com esse novo ordenamento, deixa de ser apenas representativo, para alicerçar-se e estruturar-se em princípios de participação direta de toda a sociedade organizada. Um Estado além da democracia formal, que não se limite às funções de uma agência de regulação do mercado, mas que se efetive enquanto organização política coletiva e social.

I - A crise do estado moderno

A crise dos Estados nacionais, na América Latina e no mundo, uma realidade incontestável, novos desafios postos no mundo, no vasto mundo da sociedade mundial, do mercado mundial, do "Estado" na rede mundial das nações; sociedades, tribos, comunidades, grupos, classes, raças, credos e interesses, interesses mundiais. Na ciranda desgovernada da usina mundial da sociabilidade mundial, humana, ainda não demasiadamente humana, os estados nações arrastam o peso de suas cangas sugados... e muitos vivem na fronteira da ruptura institucional.

Entender essa realidade, eis o problema; encontrar alternativas para resolvê-lo é uma exigência; em primeiro lugar para o Movimento de Emancipação Humana que precisa ter propostas para a crise, na crise; e a todos no espectro da busca por uma sociedade efetivamente humana, posta como princípio do humanismo necessário.

O que fazer com o Estado, o que fazer na ação cotidiana para buscar a melhor posição na interação entre capital e trabalho, a posição que acrescente à emancipação para além da sociedade do capital; emancipação para a sociedade humana do homem como perspectiva de superação da sociedade de acumulação efetivada na sociabilidade do capital. Qual a função do Estado nessa processualidade?

Na América Latina, a reflexão sobre a crise dos estados-nacionais é a imersão nas veias abertas de cada país para observar e compreender a sua trajetória histórica. Compreender que essa reflexão passa-se num momento histórico de profunda transição humana em todos os planos de existência. Vivemos um outro mundo, diferente e com mais abismos, além dos abismos já existentes tais como a guerra, a peste, a fome, genocídios e atrocidades, que perpassam a trajetória humana na terra, outros abismos se incorporam ao ser e ir sendo da humanidade na sua processualidade histórica. Abismos que podem sugar, ao feitio de um imenso buraco negro, a existência do ser humano.

Antes, a disputa da guerra fria entre dois blocos, dois abismos, em poder bélico e domínio econômico; guerras vulcânicas, devassas e avassaladoras, desde a Palestina ao Iraque, Afeganistão, no Zimbábue, em Serra Leoa e na Colômbia, com heranças das batalhas de Kosovo e as matanças na Chechênia; matanças oficiais, racionais, racionalmente planejadas e provocadas; não bastasse a matança estúpida da violência cotidiana do tráfego, do tráfico e da fome, mas, neste século XXI, vivemos em um outro mundo. Que implica, para sua elucidação, identificar e determinar o espaço do Estado; do lugar, da praxe e do fazer da sociedade política na multiculturalidade do mundo multipolar.

Teria sido Maquiavel o primeiro a usar a expressão Estado. O "*Stato*" como espaço para a condução d'O *Príncipe*. O Estado na forma da organização jurídica coercitiva de uma comunidade determinada, o estado como espaço de efetivação do cidadão e da cidadania; do estado da *polis*, como local de realização política dos proprietários e possuidores. Instrumento criado pela razão humana enquanto expressão material do poder político, com as prerrogativas de deter a hegemonia da coerção e da violência, de intervir em nome de toda a sociedade, de exercer o poder soberano em determinado território sobre a população, mediante um sistema administrativo e funcional. Forma e exercício que engendraram modelos de Estado nas diferentes e sucessivas etapas da história da existência humana.

O Estado transformado no centro da arena onde perpassam os conflitos; o meio do tabuleiro onde se desenvolve o jogo; a posição que é ocupada para a afirmação da hegemonia política; para estabelecer uma outra forma de hegemonia, a da sociedade política sobre a sociedade civil. Uma forma de racionalização que passou por transformações e mutações. Seja pelo crescimento da consciência da soberania popular, pela tendência de identificar democracia com o poder do povo, pelo fortalecimento da cultura democrática e em decorrência da ação política nas matrizes das concepções liberais, concepções regressivas, transformacionistas, comunitaristas ou emancipatórias, a forma Estado, erigida historicamente, é posta em questão.

A ampliação do voto universal, nos modelos consagrados da representação formal; a introdução de processos econômicos interdependentes e demarcam alterações substanciais na organização da sociedade política, num percurso acidentado do Estado, cuja supremacia de poder, sobre tudo, e que se ocupa da fundação da sociedade civil, através das regras jurídicas, das normas políticas e dos pactos de funcionamento da sociedade, deu corpo ao animal bifronte. O "Leviatã", que se transforma em "Ogro", usurpa as "mãos invisíveis do mercado". Efetiva uma supremacia em formas de poder do aparelho estatal, reproduzidas nos contratos da sociedade civil que justifica e legitima, no espaço da representação formal, esse na representação conduzida por grupos de interesse, conformada num conjunto de mediações armadas nas arquiteturas administrativas do poder, se transforma, pelo seu empoderamento, em impedimento para o atendimento das demandas da sociedade civil e em obstáculo para a afirmação social da soberania popular.

O Estado, nessas condições, não consegue representar o interesse geral e passa a ser uma estrutura de domínio de grupos sobre as aspirações gerais da sociedade civil. Essa contradição, posta nas ações concretas das estruturas de poder, lanceta a crise do Estado, em todas as suas formações – liberal, regressiva, nazi-fascista –, seja do bem-estar social ou do socialismo real. Nenhuma destas formações conseguiu evitar a contradição que se efetiva entre o controle hegemônico de grupos sobre a sociedade, ocupando o monopólio da violência e da emissão de leis sem assegurar o princípio da igualdade abstrata, pela qual todos são formalmente iguais.

Antagonismo que se amplia e se aprofunda com o afastamento do Estado das suas funções públicas, subjugado pelos interesses do lucro máximo ao que se deve render todas as demais forças vivas, numa complexa e extensa teia de aranha potencializada, agravado pela emergência de novos fenômenos, como o surgimento de novos espaços de acesso aos benefícios da tecnologia e da ciência; o crescimento da população e do movimento de urbanização, a mundialização do mercado e hegemonia econômica do capital financeiro, num processo que torna as formas tradicionais de organização política incapazes de assegurar níveis de representação de acordo com as exigências da nova realidade, o que compromete e obstrui o ideal de a democratização da sociedade, impede e interdita a conformação da soberania popular e expansão do poder social.

O processo que se afirma é a supremacia do Estado sobre a sociedade civil no convívio e interação com os complexos fenômenos contemporâneos, deslocando vários eixos de conflitos que se contrapõem à sociedade política. No plano mais amplo da sociabilidade, a contradição central, hoje, pode não ser mais a determinação antagonica entre uma classe operária do setor produtivo e uma classe burguesa apropriadora das riquezas; o foco emulador da transformação pode não residir, apenas, no antagonismo entre os donos da força-de-trabalho e os donos do capital, entre assalariados e capitalistas.

Há, na aparência dos fenômenos, vista a olho nu, uma contradição visível e perversa posta na relação entre populações incluídas e populações excluídas, de povos que se pode dizer dividem-se entre os marginais e os contidos dentro da ordem. O que marca e fere a sociedade, profunda e radicalmente, são o surgimento, a formação e o crescimento, de forma contínua e permanente, de um contingente imenso de excluídos e marginalizados, se se queira, extensão proletária da miséria posta na extração da máxima riqueza; gente que vive nas pontes e nos viadutos, nas ruas e nas calçadas, nos campos e nos prados, nos albergues e nos abrigos, gente sem eira nem beira – muito menos tribeira –, gente que vive no pesadelo permanente da necessidade indigna. População submetida aos apreços contritos da caridade, pública principalmente, privada dos meios materiais mínimos necessários à sua subsistência. Contradição que se expande com o modelo de exploração do Estado do imperialismo mundial, dito neoliberal.

A crise do Estado contemporâneo passa, também, pela privatização da sociedade política e apropriação privada do aparelho estatal, numa situação que envolve o Estado e os partidos políticos, transformados em organismos-empresa, em estruturas

condicionadas pelas operações mercantis dos grupos de interesse. De um lado, os partidos políticos recorrem aos grupos empresariais para receberem recursos sem os quais não podem participar da competição e das disputas políticas; financiados pelo setor privado, os partidos formam compromissos e laços com os grupos de interesse de maneira que o projeto partidário não tem a legitimação pública de ser o pressuposto programático de uma parte que abarca o todo.

Manietados por estes financiamentos, dependentes dos recursos privados para participarem do "jogo político", os partidos desvirtuam a função pública e se dimensionam como cartórios eleitoreiros a serviço dos grandes grupos financiadores, com os quais, muitas vezes, estabelecem canais de subserviência e promiscuidade por onde penetram as mãos sujas da corrupção. De outro, o Estado se abre para a participação e ocupação dos grandes monopólios de interesses privados, produzindo a identificação desses interesses com as responsabilidades da estrutura estatal de poder.

No Brasil, por exemplo, há sistemas de rádio, jornal e televisão que exercem ou já exerceram com maior força a hegemonia sobre grande parte do Estado brasileiro; na contrapartida dos canais privilegiados junto ao Estado de que dispõem banqueiros e outros altos empresários ao ponto de, em governos recentes, o Ministério da Fazenda ser ocupado por representantes de grupos empresariais financeiros. No presente, o governo Fernando Henrique tem a sua espinha dorsal sustentada por quadros orgânicos do sistema financeiro, numa situação que transfere a obrigação social do Estado para o atendimento dos interesses representados por essa privatização do aparelho estatal.

Trata-se de realidade comum ao Estado moderno, mas aprofundada ao limite do absurdo na sua forma neoladen, ou seja, após a guerra a Bin Laden, o neocolonial, o Estado atado e unido visceralmente aos interesses dos grupos privados, subordinado às funções de produção e reprodução do capital financeiro que regula as economias mundiais em conformidade com os seus pressupostos de acumulação. O mesmo movimento do capital financeiro quebra o México e depois opera para recuperar o México, quebra e Turquia e injeta recursos para normalizar o mercado turco; que investe em governos comprometidos com a sua lógica e organiza sabotagens para derrubar a livre circulação – se é que existe, de fato, livre circulação de mercadorias – e que estabelece a sua supremacia como capital improdutivo capaz de romper as normas constitucionais, a regulamentação estatal e as estruturas institucionais para impor a vontade de grupo de magnatas especuladores que controla a quase totalidade desse capital.

O domínio do aparelho do Estado pelos grupos monopólicos, em especial pelos especuladores do capital improdutivo, ocorre paralelo ao enfraquecimento do poder legislador. O Parlamento perde eficiência e capacidade de representação. O espaço do Parlamento, enquanto *locus* privilegiado do exercício democrático, enquanto ponto de conexão e intermediação entre a sociedade Civil e Estado, perde substância e conteúdo.

Vitimado pela inoperância, assolado pelas relações incestuosas dos seus membros, emperrado na madorra da sua dinâmica operativa, o Parlamento não corresponde às demandas da sociedade, atua com extrema lentidão frente aos desafios colocados pela

sociedade da informática, deixa de ser fator de estabilidade democrática e não se identifica com as novas relações estabelecidas pelas mudanças e mutações, complexas e decisivas, que incidem sobre a sociedade política.

Com isto, procedimentos legislativos passam a ser assumidos pelo Executivo, através de decretos, medidas provisórias, entre outros instrumentos que substituem as funções dos legisladores. O Parlamento, independente da qualidade dos seus integrantes, não consegue sair do anel asfíxiante erigido pelas doutrinas hegemônicas na formação do Estado contemporâneo. Nem mesmo no parlamentarismo.

A concepção clássica desses modelos liberais, nos quais não há espaço para valores humanistas, considera o mercado como uma racionalidade natural, própria e pertinente à sociedade humana, concretizado nas leis da economia, numa teoria que mistura sociedade e mercado; da mesma forma elabora a concepção de uma racionalidade artificial, representada pelo Estado, na qual o Parlamento é o espaço da representação da vontade do povo, vontade expressa nas leis construídas com base no instituto da representação. Portanto, o mercado é algo natural e imanente à sociedade e como tal deve ter papel preponderante.

Mas, contrariando a ideologia neoliberal, a sociedade civil cresce em participação e se interpõe entre o Estado e os grupos de interesse; ocupa espaços e obtém avanços através do movimento sindical, do movimento popular, das organizações não-governamentais, das organizações mutualistas e de outras representações do movimento social. Movimento que se processa com muitos embates e dificuldades.

A sociedade política e o aparelho estatal, usurpados pelos grupos de interesse representados por empresários, executivos, políticos, administradores, ideólogos e propagandistas que atuam como quadros do modelo neoliberal, impõem barreiras para impedir a expansão da sociedade civil, pois, a eles é fundamental assegurar o controle do aparelho estatal. Um tipo de controle que modifica e altera o perfil do estado e que ameaça pulverizar as formas tradicionais dos Estados nacionais.

Às situações aqui sumariadas, somam-se outros fatores, conjunturais e estruturais, que reforçam e tornam ainda mais aguda a crise do Estado, com desdobramentos imprevisíveis, diante das mudanças ocorridas nas últimas décadas, nos planos econômico, político, social, ético e cultural. São processos que abalam e reduzem o papel do Estado enquanto instituição capaz de garantir os direitos sociais – individuais e coletivos – dos membros da sociedade.

Muitas destas ações são decorrentes de projetos longamente preparados e mundialmente articulados, com a finalidade de oferecer modelos de organização do Estado dominados pela lógica do mercado e afetado pelos movimentos do capital especulativo; característica que faz a questão da reorganização do Estado ser, na fase histórica atual da sociedade humana, um grande desafio a ser confrontado. As mudanças das últimas décadas, nos planos econômico, político, social e cultural, colocaram em relevo o papel

do Estado e demandaram pela sua capacidade enquanto agente garantidor dos direitos sociais – individuais e coletivos – dos membros da sociedade.

Muitos desses questionamentos, expressos no ideário do Estado mínimo e na defesa da liberdade do mercado, professado pelos pensadores ultraliberais, se transformaram em realidades concretas. Esse movimento era visto como uma reação teórica e política ao Estado intervencionista e de bem-estar. O seu texto inicial é o livro *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944, ainda no calor da Segunda Guerra Mundial.

Desde então, a atuação do Estado passou a sofrer ataques violentos por parte desse movimento que veio a se caracterizar como a expressão teórica da ideologia neoliberal. Em 1947, Hayek convocou os ideólogos e simpatizantes da sua doutrina para uma reunião em Mont Pèlerin, na Suíça, com a finalidade de estabelecer as medidas concretas para atacar toda e qualquer limitação aos mecanismos de mercado e que fossem estabelecidos pelo Estado.

Os "doutores" de Mont Pèlerin, entre eles Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanuy, Salvador de Madariaga, entre outros, concordaram que a intervenção do Estado, na política e na economia, era uma ameaça letal à liberdade, por isto decidiram criar a Sociedade Mont Pèlerin para combater o keynesianismo e o solidarismo e preparar as bases de um novo capitalismo. Para esse grupo, a desigualdade social era um valor positivo e imprescindível para a vitalidade da concorrência e a prosperidade de todos.

Justifica-se, então, as propostas de privatização dos serviços de saúde, do sistema educacional, a diminuição da proteção social ao trabalho, o crescimento da desigualdade como fator de evolução econômica e a redução do tamanho do Estado, que deveria estruturar-se em formato mínimo para não impedir a livre circulação das forças do mercado.

A partir dos anos 70 esse ideário firma-se como organização hegemônica na maioria dos países ocidentais. Na Inglaterra, em 1979, com a vitória da "dama de ferro", Margareth Thatcher, elege-se o primeiro governo efetivamente neoliberal; seguem-se os Estados Unidos, em 1980, com Ronald Reagan; a Alemanha, em 1982, com Helmut Kohl; a Dinamarca, em 1983, com o governo Schluter, ampliam-se para quase todos os países do norte da Europa ocidental.

Durante os anos 80, o ideário neoliberal triunfa, quase soberano, sobre as vastas extensões do planeta, nas suas diversas variantes, se estabelece sobre as ideologias, mesmo em países onde foram eleitos governos social-democratas ou socialistas. A força dos mercados financeiros internacionais determina a imposição de políticas de redução do Estado, com prioridade absoluta para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões e desonerações fiscais aos detentores do capital e a rejeição às políticas de pleno emprego. O neoliberalismo se impõe como ideologia hegemônica e até mesmo definitiva, na concepção daqueles que acreditam no "fim da história".

O sonho pós-liberal de restaurar altas taxas de crescimento, com a reanimação do capitalismo avançado de forma global, transforma-se, agora, no pesadelo da exclusão social, do desemprego, da fome e da miséria que se amplia dolorosamente sobre todos os povos. O desemprego elevado passa a ser mantido como mecanismo natural e necessário para as *"economias de mercado eficiente"*; a lucratividade das empresas e, principalmente, dos bancos, contrasta com a redução gradativa dos salários, ampliando a desigualdade na distribuição da renda; o desmonte do Estado resulta na deficiência e no sucateamento dos serviços públicos essenciais; a dívida pública dos países que implementam políticas neoliberais assume proporções alarmantes; a recuperação dos lucros pelas empresas transnacionais não corresponde a investimentos no setor produtivo, eles são transferidos para a especulação, favorecendo a explosão dos mercados de câmbio internacionais.

Nessa direção, o Estado neoliberal transforma as pessoas e as estruturas democráticas e populares em meros movimentos de mercadorias; os direitos passam a ser meras formalidades jurídicas, pois, o direito só poderá existir desde que haja competição e, se esta é a regra, estão excluídos do direito todas as pessoas que não sejam inteligentes, que não tenham aptidões para competir e que, principalmente, não tenham assegurado os meios para disputar e vencer.

Retorna-se, nos marcos históricos da contemporaneidade, aos tempos da *"luta de todos contra todos"*, na selvagem convivência dos instintos do mercado, em todos os planos da vida humana. Na ação política, sobrevivem os grupos que possam deter e dominar a representação política, por meio de disputas entre os vários grupos de interesse que não significam e nem representam os interesses democráticos gerais da sociedade; são estes grupos que hegemonizam o poder político em disputas e competições profundamente desiguais.

Os ideólogos, administradores e propagandistas do modelo neocolonial, ainda assim, não se mostram satisfeitos. Esta foi a posição de Rudiger Dornbusch, ex-chefe de assessoria econômica do Banco Mundial e do FMI e professor de economia do Massachusetts Institute of Technology-MIT, ao comentar as recentes propostas trabalhistas na Alemanha. Ele afirma que *"Uma economia bem sucedida precisa de bastante competição e flexibilidade. Mesmo que isso pareça atrativo, competição e flexibilidade têm os seus inimigos. Competição significa que a sociedade terá ganhadores e perdedores – a pressão é para todos; flexibilidade significa que o status quo não é pétreo. Esse status quo, na verdade, pode ser jogado pela janela a qualquer momento"*.

O que se expressa, nesta concepção, é o mais profundo desprezo para com o destino de milhares de trabalhadores, milhões de pessoas excluídas e desprotegidas, são coisas descartáveis, são impedimentos ao mercado e, portanto, podem ser jogadas pela janela. E o que pretende Dornbusch? Ele próprio responde: *"Nos Estados Unidos, os sindicatos são, em geral, irrelevantes e acordos descentralizados entre os trabalhadores e as empresas são a regra. Quem quiser trabalhar pode trabalhar. As empresas podem*

despedir e empregar como quiserem e não há custos significativos para cortes maciços nas folhas de pagamento".

Então, a regra é deixar tudo na lógica do mercado e das empresas, deixar a sociedade ao sabor da "liberdade gerencial" sem qualquer preocupação ética, moral ou social, pois, na sua concepção, *"o único empecilho importante nessa liberdade gerencial é a preocupação sobre como fica o moral dos trabalhadores e o impacto disso na produtividade, nos lucros e nos valores das ações"*. Nada tão explícito para ilustrar a ética do sistema neoliberal, do FMI e do Banco Mundial.

Com a lógica defendida por Rudiger Dornbusch realizam-se ajustes estruturais que se articulam com as particularidades de um mundo submetido a enormes transformações nos planos ideológico e estrutural, com a desagregação e restrição de direitos e conquistas sociais em escala mundial. Essa realidade resulta do avanço planetário do sistema capitalista de produção e distribuição; da hegemonia do sistema financeiro e das ortodoxias neoliberais determinadas quanto à criação de uma nova ordem mundial sob o domínio dos países capitalistas centrais e com a regência império do norte-americano.

A organização desse sistema mundial, conforme as disposições do FMI e do Banco Mundial, não se processa pacificamente. A Pax Americana, com a imposição da hegemonia dos Estados Unidos, degenerada em um poder cada vez mais imperial, mostra-se incapaz de assegurar a ordenação do mundo e de garantir bem-estar e desenvolvimento. O crescimento econômico, setorial e sazonal, ocorre de forma concentrada e excludente.

Por isso há lutas e resistências, o próprio sistema capitalista reconhece as mazelas e conseqüências do processo de acumulação e busca alternativas para conter a pobreza crítica e a miséria, embora tais propostas, em sua maioria, sejam apenas mistificações para mitigar a desigualdade e mistificar o pressuposto excludente do modelo capitalista de produção que se fez e se faz na forma predatória do capitalismo liberal.

A expansão mundial desequilibrada do capital e dos seus laços societários se faz no contraponto entre "necessidade humana e necessidade do capital", ou seja, "... a regência e a tipificação dos movimentos do capital são exercidas pelas suas necessidades intrínsecas do capital, isto é, por sua reprodução ampliada, e não pelas necessidades reais dos homens reais, no andamento próprio e perene de satisfazer necessidades antigas e de criar necessidades novas", como adverte J. Chasin (...).

É nessa contraposição que se impõe a lógica do mercado como a única forma social possível, na mistificação enganadora da "liberdade de iniciativa". Uma liberdade que consiste, no âmbito do sistema predatório do capitalismo, na subsunção das necessidades efetivamente humanas às necessidades manipuladas, na restrição capitalista às necessidades humanas pela movimentação colossal e planetária, senão cósmica, de vastos recursos naturais e humanos na esteira de uma permanente destruição no movimento do processo de produção capitalista, cuja realização se faz pela autofagia do modelo, "processo no qual é multiplicado ao infinito, em grande e

variedades, o desperdício e a dissipação próprias da economia privada: esse novo estágio não se organiza apenas através do esbanjamento nas formas de apresentação, propaganda, subutilização e obsolescência programada dos bens de consumo, mas pela promoção capitalista da subutilização e obsolescência dos próprios aparatos tecnológicos... O que equivale a dizer, de modo muito simples, que, no imperativo de sua rota sempre ampliada de crescimento, a lógica do capital desenvolvido obriga à destruição até mesmo de seus resultados mais notáveis" (Ib. p. 180).

Assim, os avanços tecnológicos, por exemplo, são superados quando ainda nem se esgotou o eco das comemorações por uma nova performance da ampliação produtiva. Movimento e processo engendrados na permanência de crises que demarcam e conformam a realidade da superprodução capitalista. "Crise estrutural, isto é, orgânica e permanente, para a qual não há possibilidade de superação no interior da lógica do capital, de modo que ambos, crise e sistema, estão fundidos de modo definitivo, condenando a sobrevivência do capital ao metabolismo crítico que na atualidade o caracteriza. Assim, viver e sobreviver para o capital tornou-se existir na e através da crise. De cada crise do capital não tem brotado o novo, mas a reiteração de si próprio em figura agigantada, de igual ou maior problematidade." (Ibid. p. 181).

Conforme Istvan Meszáros, "o capitalismo contemporâneo atingiu o estágio em que a disfunção radical entre produção genuína e auto-reprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro. Pois, hoje, as barreiras à produção capitalista são suplantadas pelo próprio capital na forma que assegura sua própria reprodução – em tamanho sempre maior e em constante crescimento – inevitavelmente, como auto-reprodução destrutiva, em oposição antagônica à produção genuína" (...).

Crises cujas faces se modificam na sucessividade histórica. A crise orgânica atual tem a aparência do sistema financeiro mundial, uma aparência que obnubila e que dissimula a crise geral do sistema, pois, na afirmação de Meszáros, "... o domínio aventureiro do capital financeiro em geral é muito mais a manifestação de crises econômicas de raízes profundas do que a sua causa, ainda que, por sua vez, também contribua fortemente para seu subsequente agravamento". (Ibid...).

Esse domínio do sistema financeiro internacional se faz, concretamente, na determinação da existência subordinada entre credores e devedores, credores dos países centrais e devedores dos países periféricos, cuja relação se expressa na forma imperialista com a qual os países do centro, sob a regência dos Estados Unidos, executam os seus devedores e, por outro lado, na maneira como os norte-americanos arrestam o mundo para o seu domínio com o aceite e "cumplicidade" dos seus parceiros do G-7. Esta situação, segundo Meszáros, leva os países europeus e o Japão a aceitarem a condição "... de que estão presos a um sistema de aguda dependência dos mercados norte-americanos e à concomitante "liquidez" gerada pela dívida.

Assim, eles se acham em posição muito precária quando se trata de delinear, medidas efetivas para controlar o problema real da dívida. Na verdade, são sugados cada vez

mais profundamente no sorvedouro dessas determinações contraditórias, através das quais, "voluntariamente", aumentam sua própria dependência com relação à escalada da dívida norte-americana, com todos os riscos para si próprios, enquanto ajudam a promovê-la e a financiá-la.

Vivendo na crise e através da crise, os países do centro reforçam a dependência dos mercados financeiros e de bens norte-americanos para, em contrapartida, buscarem a estabilidade do sistema capitalista global e, principalmente, a perenidade relativa da economia dos Estados Unidos. Uma aposta arriscada e perigosa, pois, ainda de acordo com Istvan Mészáros, a forma como os norte-americanos administram a dívida, sendo eles próprios os maiores devedores do planeta, implica em graves riscos, uma vez que esse "imperialismo de cartão de crédito" poderá tornar-se "...insustentável quando o mundo (incluindo o "terceiro mundo", do qual transferências maciças ainda são extraídas com sucesso, de uma forma ou de outra, todos os anos) não mais estiver em condições de produzir os recursos que a economia norte americana requer, a fim de manter sua própria existência como o "motor" da economia capitalista mundial, perfil sob o qual ainda hoje é idealizada".

É preciso estabelecer, efetivamente, forças sociais e políticas capazes de construir alternativas para uma democracia popular e participativa.

No plano global, observa-se um reordenamento geopolítico após a falência do grande milagre tecnológico do segundo pós-guerra, o Japão, e a queda do império soviético, nesse caso com um violento desmonte do Estado e da sociedade do socialismo real. O desenho da nova ordem aponta para graves conflitos intercapitalistas que poderão ocorrer em escala mundial, mas, sobretudo, na Ásia, pelo confronto entre dois impérios, a velha China, ainda não totalmente apropriada pelo Ocidente, e o moderno Estados Unidos, herdeiro da tradição anglo-saxônica. Países de economias continentais, chineses e norte-americanos poderão demarcar disputas geopolíticas sem precedentes no século XXI, face às incertezas sobre o destino da Europa.

As incertezas atingem, também, a principal potência econômica e militar do planeta. Nos Estados Unidos, George Bush iniciou o seu governo com um grande arrocho, com corte de impostos, corte nos gastos com saúde rural, corte na prevenção de doenças e ajuda a cidadãos idosos, num programa qualificado por Paul Krugman, economista e professor da universidade de Princeton, como uma "... luta de classes de cima para baixo". Ele denunciou que o projeto de George Bush, a exemplo do que fez quando governador do Texas, "é de usar projeções orçamentárias irrealísticas para justificar reduções de impostos para os ricos e depois, quando a realidade se impuser, usar a pressão de um aperto orçamentário para enxugar programas para os pobres e a classe média". As projeções são de que 40% do corte de impostos vão para o 1% de famílias mais ricas.

Para enfrentar o agravamento da crise social que amplia no número de pessoas necessitadas, a concentração da renda e a redução da participação dos salários na produtividade, os Estados Unidos fortalece a concepção conservadora de aumentar a

população carcerária. São mais de dois milhões de presos, com uma média de 700 presos por 100 mil habitantes, um índice maior do que a maioria dos países desenvolvidos. Consagram-se instrumentos absurdos, como a Lei da Terceira Vez (Three Strikes and You're Out) que entrou em vigor, na Califórnia, em 1994, pela qual pessoas que cometeram um terceiro delito correm o risco de ser condenadas à prisão perpétua. Pessoas necessitadas poderão passar o resto de suas vidas na cadeia por furtos de pizza, aspirina, posse de canivete ou outros pequenos delitos.

Por todo o mundo crescem as desconfianças com as medidas saneadoras do FMI - Fundo Monetário Internacional, desde a crise da Turquia. Recorrendo ao modelo de utilização do câmbio como âncora para estabilizar a moeda, novo dogma imposto pelo organismo, o governo turco abusou do endividamento externo. A crise financeira da Turquia se agravou com a previsão de encolhimento do Produto Interno Bruto - PIB em 3% e inflação de 52%. O governo turco já anunciou no início deste mês um novo pacote econômico que prevê a aceleração da privatização, o corte de gastos públicos e a reforma do sistema financeiro. O fracasso turco, com a desvalorização da lira em 36%, aumentou as críticas do FMI e a sua política de âncoras cambiais, fracassada no México, em 94, no Sudeste Asiático, em 97/98, e no Brasil, em 1999.

O FMI atua com um receituário único que consiste em ajuste fiscal, abertura comercial e controle da inflação, adaptado em cada país conforme os interesses do império financeiro. Os resultados são violentos, como ocorreu na Turquia, como o que ocorre na Argentina, onde a força do dólar prejudica as exportações daquele país para o mercado mundial, levando ao acúmulo de déficits orçamentários, aumento do endividamento e aprofundamento da crise social que resulta na situação dramática atual. Situação similar ao Equador, cujo sistema cambial corresponde à perda de soberania e flexibilidade.

Estas políticas monetárias reduzem estes países a situação de crises absolutas, próprias a pequenas colônias dominadas por grandes potências. O receituário do FMI não consegue, sequer, assegurar a entrada de recursos nos países que aplicaram reformas econômicas neoliberais. Conforme documento do Banco Mundial denominado Financiamento do desenvolvimento Mundial, divulgado no início deste mês, ao longo de uma década de reformas financeiras, privatizações e abertura comercial, os países em desenvolvimento ou os chamados mercados emergentes passaram a perder capitais numa velocidade substancialmente superior à do ingresso de recursos.

O balanço dos fluxos financeiros, nos últimos dois anos, apresenta saldo negativo no movimento de entradas e saídas de investimentos. No ano passado, os países dependentes receberam US\$ 299,3 bilhões em empréstimos, investimentos diretos e aplicações em bolsas. No mesmo ano saíram desses países US\$ 306,6 bilhões. No ano de 1999, entraram US\$ 246,2 bilhões e saíram US\$ 246,9 bilhões. Esta constatação está numa tabela do relatório do Banco Mundial, de forma tão discreta que quase passa despercebida e não integra as principais conclusões oficiais do relatório.

O Bird assinala apenas que “o aumento do ingresso de capitais nos países em desenvolvimento durante os anos 90 recebeu bastante atenção. No entanto, saída de

capitais também aumentou bastante no período”. O estudo indica que a participação dos “países em desenvolvimento” nos fluxos privados de capital em todo o mundo caiu de 14,4%, em 1997, para 7,6% em 2000. A participação desses países no volume global de investimentos diretos caiu de 36,5% para 16% no mesmo período.

É uma situação que inquieta até mesmo os órgãos de dominação capitalista pela crescente desconfiança e rejeição aos mercados financeiros, a ponto da Unctad - Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento propor a criação de regras que possibilitem que países em crise possam pedir concordatas em suas dívidas externas. Esse é mais um tema no debate sobre a reforma do sistema financeiro mundial que se soma às propostas do imposto Tobin, destinado a reduzir a especulação financeira e à criação de moedas supranacionais. Mesmo o FMI tem sugerido a absorção, pelo setor privado, dos custos da inadimplência de países subordinados. Propostas rechaçadas pelos grupos capitalistas transnacionais, sempre impondo a realização de ajustes através do “livre jogo das forças de mercado”, o que é, em resumo, a manutenção dos privilégios da superacumulação capitalista sobre a máxima exploração do trabalho.

Planos de ajustes econômicos comprometem a soberania e a autonomia dos estados latino-americanos

Portanto, a crise dos estados nacionais está localizada no contexto de uma crise mundial, não é a crise apenas do estado Nação; em verdade, o que se passa é o destrocamento de um modelo imposto em escala global. Um modelo neocolonizador que pode ser encontrado e identificado em vários eventos mundiais. Por exemplo, nas recentes determinações do FMI com relação à política das águas. Em 40 acordos para revisão geral das políticas de empréstimos, em 12 países foram incluídas condições impondo privatização da água ou completa recuperação do custo, medidas que dificultam o acesso das comunidades de baixa renda ao abastecimento de água.

Os empréstimos, a título de “Reduzir a pobreza e Facilitar o Crescimento”, aprofundam a dependência dos países que os aceitam e reduzem a autonomia política do estado. Isso pode ser constatado na cidade de Cochabamba, na Bolívia, onde as pessoas sofreram um aumento absurdo no preço da água depois de um acordo de privatização controverso, feito entre a municipalidade local e a San Francisco-based Bechtel Corporation. A privatização foi uma condição imposta ao governo da Bolívia pelo banco Mundial.

Diante do absurdo ocorreram protestos da população, que forçaram o governo a reduzir o custo da água e a reavaliar o contrato com a *Bechtel*, além de abrir um debate público intenso sobre o orçamento e tomada de decisões democráticas. Essa política entre o FMI e o Banco Mundial é conhecida como “*condicionalidade cruzada*”, ou seja, os empréstimos do Banco Mundial impõem a obediência a certas condições do FMI, competindo ao banco executar as atividades “*estruturais*”, entre elas a privatização das companhias estatais.

No Brasil, é o próprio governo da União que força a privatização das companhias públicas de água e esgoto ao lado da privatização das hidrelétricas. Desde outubro de 1998, o governo federal bloqueou todos os financiamentos para empresas públicas de saneamento, sejam municipais ou estaduais. Há denúncias de que é para forçar a privatização dessas empresas. Esta posição do FMI e do Banco Mundial parece valer somente para os países periféricos e dependentes, pois, nos Estados Unidos, 85% do serviço de saneamento estão nas mãos dos estados ou municípios.

Esse é um aspecto que aponta, dramaticamente, a perversidade que resulta da perda de soberania do Estado sobre as riquezas estratégicas. No caso da privatização das águas, as vítimas principais, em todo o mundo, são as mulheres e crianças, são elas que sofrem de forma imediata a redução da acessibilidade às fontes de abastecimento de água, pois, quando a água se torna mais cara e menos acessível, mulheres e crianças, que sustentam as atividades domésticas diárias, precisam caminhar mais e trabalhar mais intensamente para conseguir água, às vezes encontrada somente em córregos e rios poluídos.

Atualmente, em torno de cinco milhões de pessoas, em sua maioria crianças, morrem todo ano por doenças causadas pela baixa qualidade da água potável. Esta situação resulta em prejuízos sociais, por ausência da ação do Estado, a tal ponto que, em regiões da Índia, alguns moradores pagam a elevada taxa de 25% de sua renda pela água. Pessoas pobres que residem em Lima, no Peru, pagam US\$ 3 por metro cúbico de água, freqüentemente contaminada, distribuída por vendedores privados. Já os mais ricos pagam US\$ 0,3 por metro cúbico de água tratada.

As políticas de privatização de água e recuperação de custo, nos moldes impostos pelo FMI, obrigam o governo de Honduras a facilitar concessões privadas na provisão de serviços de água e esgoto; levam a Nicarágua a continuar a ajustar as tarifas de água e esgoto em 1,5% por mês, além de oferecer concessão para o manejo privado dos sub-sistemas de água e esgoto em Leon, Chinandega, Matagalpa e Jinotega, com o conseqüente ajuste das tarifas de água e esgoto para atingir a recuperação do custo e outras concessões para o manejo privado de regiões importantes. No Panamá, há a exigência de contratação de operadores do setor privado, determinando a necessidade de aumento de tarifa e possível taxa de diferenciação entre clientes, bem como revisão do sistema de contabilidade e cobrança da companhia, com atualização da estrutura tarifária.

São fatos e exemplos de perda de autonomia política e apropriação privada de Estados nacionais e as suas conseqüências. Essa realidade leva a que teóricos, ideólogos e profetas de vários matizes e tendências proponham a existência de uma dicotomia insuperável quando se trata de definir as funções e a importância do Estado-nação no contexto de um mundo globalizado, com todas as implicações que isso significa. A polarização maniqueísta estabelece, por um lado, o desaparecimento ou a desnecessidade do Estado-nação ou, por outro, a manutenção integral de sua forma tradicional mesmo diante das mudanças processadas.

O que não se pode proclamar é o fim ou desaparecimento do Estado-nação, embora ele não seja mais o mesmo, o fenômeno da globalização, a mundialização do mercado e os processos de interdependência entre os países implicam na redefinição do papel do Estado-nação, mas, isto não significa a sua extinção, no presente momento histórico. Ele ainda conserva o monopólio da força e a administração da política, preservando a capacidade de legislar, de manter o arcabouço jurídico para assegurar as liberdades individuais e a liberdade dos cidadãos, sendo o espaço destinado à efetivação da ação política, portanto, um espaço legitimado para o exercício do poder.

Mas, o Estado-nação, frente aos processos globalizados da economia e da cultura, perde de algumas possibilidades de controle; na realidade mundial do século XXI, há novas variáveis que escapam do controle do Estado-nação e passam a ser regidas por sistemas financeiros globalizados, corporações transnacionais ou organismos como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio - OMC e a Organização das Nações Unidas - ONU, mudança que introduz componentes novos na relação entre poder e política. Nessa nova realidade, o esvaziamento de parcela do poder político do Estado-nação, a perda de autonomia e de soberania são realidades incontestes.

O Estado-nação contemporâneo se depara com processos de desregulamentação dos mercados bancários e financeiros, com a liberalização dos mercados de bens e serviços, com as novas tecnologias de informação e comunicação. Nunca na história da humanidade, houve tamanho volume de dinheiro eletrônico circulando de mercado em mercado, forçando o lucro máximo no tempo mais curto, sem relações determinantes com os sistemas tradicionais de troca e comercialização de mercadorias e serviços.

Esta nova ordem repercute diretamente na atividade econômica dos países, seja no emprego, nas formas e nas condições de vida, fomenta, produz e manipula crises numa perspectiva extremamente perigosa, com a possibilidade de conjugar rupturas e descontroles financeiros com rupturas e rompimentos democráticos. Assim, o perfil da crise do Estado-nação deriva da sua própria organicidade e do comprometimento da sua soberania, pela adoção de modelos e ajustes determinados por organismos de fomento que impõem a submissão aos interesses do capital especulativo. Esta é uma das faces da crise dos Estados nacionais na América Latina.

Pode-se observar essa característica através das diversas crises localizadas, como, por exemplo, a tragédia da Argentina, anunciada desde as primeiras medidas reformistas propostas a partir de 1975 e concretizada nos ajustes impostos ao País de maneira brutal e impiedosa nas duas últimas décadas. No campo trabalhista as reformas dos governos de Menem introduziram novos tipos de contratos temporários de trabalho que alteraram a estrutura herdada dos anos 40 e 50.

Estas reformas e ajustes são as causas principais da crise e do crescimento do desemprego. Medidas drásticas e cruéis que solaparam a base produtiva e levaram um país avançado, para as condições latino-americanas, e em vários aspectos similar aos países desenvolvidos à uma situação de caos social. Tão grande é a gravidade da crise que

a Argentina, em menos de um ano, passou por cinco ajustes, sendo todos fracassos dolorosos, com efeitos perversos para o povo argentino, para os trabalhadores e para a Nação. A teoria do *trickledown*, ou seja, a idéia de que haverá repasse gradual dos benefícios das reformas econômicas para a população necessitada, é apenas fracasso e ilusão.

A má distribuição de renda é um dos problemas centrais da crise Argentina, tendo como resultado o aumento da pobreza e da miséria, a manutenção de uma elevada taxa de desemprego, a desindustrialização do país, o desaparecimento de economias regionais, a permanência de ciclos intermináveis de crises em decorrência da expropriação nacional provocada pela dívida externa e em razão do desmonte da estrutura produtiva. I

O ciclo de crises se repete no governo de Fernando de La Rúa. No mês de maio de 2000, o governo anunciou o corte nos salários do funcionalismo e redução nos valores de aposentadorias com a meta de reduzir gastos públicos em US\$ 938 milhões. O plano fracassou e a renúncia do vice-presidente instaurou uma crise política com reflexos na economia, além disso, a meta acertada com o FMI de garantir o déficit fiscal em US\$ 4,7 bilhões foi revista e elevada para US\$ 5,3 bilhões, situação que provocou aumento na taxa de risco do país, com o conseqüente aumento no custo dos juros.

No mês de outubro, o segundo plano visou a reduzir impostos para estimular o investimento e a produção, mas a economia não foi reativada e houve necessidade de mais ajustes para acertar pacote de "ajuda" com o FMI, com isto a taxa de risco do país atingiu índice elevado, com aumento do déficit público. Em novembro, mais um novo "pacote", perverso e cruel, com a privatização da previdência, pacto de corte de gastos com as Províncias, desregulamentação do setor de saúde e a tentativa de elevação da idade mínima de aposentadoria de mulheres de 60 para 65 anos; foi um novo fracasso, o déficit público cresceu e o país foi afetado com a crise da Turquia, aumentando o desemprego e a taxa de *"risco país"*, obrigando o governo a ter de pagar juros mais altos para captar recursos. A reação social obrigou o governo a recuar em alguns pontos.

No mês de março deste ano foi anunciado um novo pacote com o plano de redução das transferências para as universidades; eliminação de repasses educativos para as Províncias; redução do salário-família; adiamento de aposentadorias; fim de subsídios para gás da Patagônia; fim do Fundo Especial do Tabaco; fim de isenções do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) para TVs a cabo, espetáculos artísticos, cinematográficos e desportivos; fim de programas do Ministério da Saúde; diminuição de repasses especiais às Províncias, como os feitos pelo Tesouro Nacional, com a previsão de cortes de despesa da ordem de US\$ 2,48 bilhões até 2002.

A crise culminou com o rompimento da coalisão política que sustentava o presidente Fernando de La Rúa e a subida do risco-país, chegando a 898 pontos. O "risco-país" é uma sobretaxa que as nações pagam ao tomar empréstimo, calculada a partir do custo do dinheiro para os Estados Unidos, cujos títulos são considerados de risco zero.

O comprometimento da soberania da Argentina, com a conversibilidade da sua moeda, vinculado ao dólar na paridade de um por um, significa mais combustível na fogueira. Há uma sobrevalorização da moeda nacional, aumento de preços dos produtos exportados, que deveriam ser compensados com ganhos de produtividade proporcionais, o que não ocorre. Assim, com o desequilíbrio fiscal e gradativa perda de competitividade dos produtos argentinos, a recessão é inevitável, resulta na liquidação do parque produtivo do país e da sua receita fiscal.

A receita Murphy, de corte vigoroso nas despesas, retirando dinheiro da economia para transferir para o pagamento de juros era uma fórmula para aprofundar a recessão e ampliar a crise. O retorno de Domingos Cavallo ao governo argentino pode ser a repetição de uma farsa; é o retorno de um dos principais promotores da crise, primeiro como presidente do Banco Central, durante a Ditadura Militar, e depois como ministro da Economia de Menem. Ele pretende, já neste ano, diminuir o repasse de verbas do Tesouro para as Províncias, cortar gastos no setor de saúde da ordem de US\$ 50 milhões; estabelecer teto de US\$ 600 para os benefícios de aposentados que continuam a trabalhar, pagar em cotas o retroativo (parcela dos benefícios que é contabilizada a partir da abertura do processo) devido aos novos aposentados, para conseguir um corte de US\$ 300 milhões no orçamento deste ano, com vistas a atender às determinações do FMI, que está monitorando o desempenho das finanças públicas argentinas.

Outras medidas consistem na criação de um imposto sobre movimentações financeiras, com alíquota de 0,25%, incidente nos débitos e nos créditos, e a tentativa de negociar um acordo para a aprovação do projeto de Reforma da Previdência, determinada por decreto, mas impedida pela Justiça, o que levou o governo de Fernando de La Rúa a cancelar o decreto. Entre os pontos básicos da reforma previdenciária estão o aumento da idade mínima de aposentadoria das mulheres (de 60 para 65 anos) e a eliminação de um complemento pago pelo governo para os benefícios que superem US\$ 800. A receita Cavallo, portanto, se sustenta no desemprego, no empobrecimento e na perda da soberania. A missão de Cavallo tem a desconfiança do próprio FMI, na avaliação de Cláudio Loser, representante do Fundo na Argentina, que afirma: "*Nos últimos 2.000 anos, ninguém, individualmente, foi capaz de produzir milagres*".

O nome Cavallo está associado à derrubada da inflação, após ciclos inflacionários extremamente agudos, ocorrida quando esteve à frente da economia no governo Menem. A situação atual é diferente, a Argentina passa por um processo de deflação, entre setembro de 1998 e fevereiro de 2001, os preços caíram 3%. O "milagre" Cavallo, quando esteve à frente da economia Argentina, produziu um crescimento de 71,76%, no período de 91 a 96, correspondendo ao montante de US\$ 113 bilhões. Esse crescimento se fez com a participação do poder público, cujos gastos foram elevados em 129%, somadas as despesas do governo central, das Províncias e das Prefeituras. Para arcar com esses gastos, o poder público recorreu às privatizações e o endividamento que foi elevado de US\$ 90 bilhões em 1990 para US\$ 116,5 bilhões ao final de 1996. Estas vias, privatização e endividamento, estão em esgotamento na Argentina, o próprio Cavallo anuncia que o governo terá que fazer corte de US\$ 3 bilhões no orçamento.

Outros resultados do "milagre" Cavallo foram cruéis e podem ser medidos no índice de desemprego que estava em 6,9%, em 1990, foi elevado para 18,4% em maio de 1995. Quando saiu do governo a taxa de desemprego estava em 17,2%. Da mesma forma a distribuição de renda que distinguia a Argentina dos demais países da América Latina, por sua homogeneidade, piorou drasticamente. Em 1990, pouco antes do primeiro "reinado" de Domingos Cavallo, os 10% mais pobres ficavam com 3,8% da renda Argentina. Em 1996, quando deixava o governo, a participação da população mais pobre na renda da Argentina caíra para 2,8%, correspondendo a uma perda de ingressos para estas pessoas da ordem de US\$ 2,7 bilhões, no período de seis anos.

O desastre argentino integra a variedade de exemplos da crise de um Estado-nação determinada por variantes exógenas, crise articulada e reforçada pela submissão ao modelo neoliberal, e que aponta para a perspectiva da ingovernabilidade democrática. Todas as medidas de "ajustes estruturais" foram determinadas e monitoradas por agências externas, como o FMI e o Banco Mundial, confirmando a subordinação do Estado aos modelos neocoloniais estabelecidos pelos organismos de controle das grandes potências. A situação da Argentina e dos demais países arrestados para o controle de organismos internacionais de fomento ocorre num período de crise do Estado moderno, conforme já foi demonstrado.

O neoliberalismo, como se vê, produz crises estruturais na ordem capitalista, tendo como face mais visível e mais complicada a liberdade de circulação do capital volátil em escala mundial; um tipo de capital que não se relaciona com a produção de riqueza e desvincula a base monetária do capitalismo da sua produção real; cria, assim, um sistema virtual de produção e reprodução de dinheiro tecnológico, numa situação que está chegando ao seu limite.

Limite que se exprime em vários aspectos, entre eles a impossibilidade do Estado democrático de direito em criar condições materiais e de infra-estrutura básica para possibilitar a manutenção de processos produtivos; os impedimentos para que o Estado-nação atual assegure um sistema legal de aplicação de leis, conforme os interesses gerais da sociedade; o afastamento do Estado das relações de trabalho, como instrumento de regulamentação dos conflitos do trabalho; a interdição da ação do Estado no sentido de propiciar a participação do capital nacional no mercado mundial; e a imposição de procedimentos que levam o Estado a desmontar os sistemas produtivos nos países dependentes e a promover intensos processos de desindustrialização, levando-os à condição de meros produtores subordinados de *agro-busines*.

E o caso exemplar do Brasil, onde o presidente da República atua como se fosse um pró-cônsul do império norte-americano. Ocorre, no País, a entrega das posições comerciais, financeiras, produtivas e, pouco a pouco, passa a se entregar as posições geopolíticas, em função da disposição do presidente Fernando Henrique em forçar a integração da América do Sul aos Estados Unidos. Pode-se afirmar e provar que o Brasil vive uma regressão colonial, nunca o País foi tão dependente, pois, embora seja o segundo maior produtor mundial de *commodities* agrícolas, perdendo apenas para os

Estados Unidos, o governo brasileiro deixa que os norte-americanos definam como o Brasil deve comercializar esses produtos.

Como afirma a professora Maria da Conceição Tavares, "Os Estados Unidos estão comprando o agribusiness brasileiro. Quando o País era primário-exportador de café, havia uma atuação menos subordinada no mercado mundial, com apoio do capital financeiro inglês e depois norte-americano. Mas, por causa da medida de aprofundamento da dependência do governo brasileiro, há o risco do Brasil retomar a uma situação de primário-exportador; mas com atuação mundial totalmente subordinada."

Mesmo dispondo de energia, recursos naturais, potencial manufatureiro e capacidade de desenvolvimento tecnológico, o País estagnou; perdeu os patamares históricos de crescimento e passa por violento desequilíbrio macroeconômico, com a duplicação das importações e restrições na estrutura produtiva pelo fato dos investimentos industriais previstos serem, em sua maioria, unidades de montagem, com tecnologias e equipamentos vindos de fora. Embora tenha havido generosa propaganda com relação aos investimentos externos, os recursos que entraram não foram capazes de retomar a taxa de Investimento aos níveis do Plano Cruzado nem ao nível de consumo correspondente ao Plano Real, na verdade são recursos que se destinam a aquisição de empresas, públicas e privadas, que já existiam. Não há orientação de investimentos destinados ao financiamento de projetos e inclusão social, investimentos em infraestrutura, energia elétrica, transporte de massa, saneamento. A subordinação faz com que seja necessária a entrada de capitais, em 2001, na ordem de US\$ 55 a US\$ 60 bilhões de dólares para refinancear os serviços financeiros externos.

Nestas condições, o crescimento esperado de 4% é insignificante. As gratificantes melhorias dos níveis de mortalidade infantil, o aumento de matrículas no ensino fundamental, o aumento das áreas cobertas por saneamento básico, a redução do número de analfabetos e o crescimento da renda, apresentado pelos indicadores sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE são ofuscados pela estrutura social que permanece inalterada. As mudanças festejadas ocorrem mais por força da lei da vida do que em razão das opções políticas na perspectiva da construção de uma nova sociedade. A lógica dos indicadores sociais aponta que persiste o modelo da nação dividida e excludente, se houve melhora, foi para manter a mesma estrutura social injusta e desumana. As mudanças vegetativas a cada 10, 20 ou 30 anos não vão alterar o perfil das desigualdades, de forma especial, não modificam a profunda dimensão racial das desigualdades, numa condição que limita a liberdade e a dignidade, nega a cidadania e compromete a construção da democracia.

Na última década, houve crescimento da renda no Brasil, mas cresceu a distância salarial entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres. Em 1992, a diferença entre o pico e base da pirâmide nacional de rendimentos era de cerca de treze salários mínimos; ao final de 1999, essa diferença chegou a dezessete salários mínimos. Os números desmentem e enterram a teoria, falsamente utilizada, de que é preciso crescer para repartir o bolo. Com o crescimento da renda, os rendimentos médios familiares *per*

capita dos 10% mais ricos passaram de 7,7 salários mínimos em 1992, para 11 salários mínimos em 1999. A dos 40% mais pobres alcançou 0,5% salário mínimo. A dimensão racial perpassa os indicadores, como o fato de que o analfabetismo de adultos é de 8% entre os brancos, 21 % entre os pretos e 20% entre os pardos. Pretos e pardos somam 45% da população e os brancos são 54%. Os chefes de famílias brancos com renda acima de cinco salários mínimos são 14%, em 1992, eram 9%. Os pretos somam 3,4% e os pardos 3,2%, com aumento de apenas dois por cento em relação ao início da década.

O número de empregados formais – com carteira assinada – cresceu, nos anos 90, em termos absolutos. Passou de 19,2 milhões para 19,6 milhões em 1999. Em relação ao total da população, o percentual de trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT caiu de 64% para 61,3%, o que é uma tendência. Segundo o professor de Relações de Trabalho da Universidade de São Paulo, José Pastore, *"a cada mês, o número de trabalhadores informais brasileiros cresce o dobro dos com carteira assinada"*

Esse quadro incide diretamente no sistema previdenciário. Em 1992, 64% da população contribuía para a Previdência Social, no final dos anos 90 a porcentagem era de 60%. Em relação à População Economicamente Ativa - PEA houve uma queda no percentual de trabalhadores protegidos pela Previdência Social. Em 1977, 81% da PEA tinham a cobertura dos benefícios previdenciários, em 1999 essa porcentagem caiu para 51%, conforme dados do Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA, constatando que o aumento do mercado informal repercute na queda do número de trabalhadores com carteira assinada e que são obrigados a contribuir com a Previdência Social. Também a abertura da economia, nos anos 90, fez com que as empresas reduzissem o quadro de pessoal e passassem a terceirizar os seus serviços, levando muitos trabalhadores a migrarem para atividades autônomas.

A pesquisa do IBGE aponta a permanência da desigualdade no Brasil; desigualdade econômica, desigualdade de renda, desigualdade jurídica e tantas outras desigualdades como as que pesam sobre os trabalhadores rurais sem terra. O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh informa que *"De 1980 aos primeiros meses de 2001, 714 trabalhadores rurais foram assassinados no Pará, 534 deles nas regiões sul e sudeste do Estado. Em meio a esse genocídio, praticado por centenas de pistoleiros, intermediários, mandantes e policiais, apenas quatro condenações - só um está preso..."*. A questão da terra, no País, apresenta as faces de uma guerra de extermínio e de um fenômeno social produzido nas raízes das desigualdades. Vastas extensões de terras, apossadas pelas agrobusiness, são destinadas à produção de grãos para gerar divisas para pagar os juros da dívida externa ou funcionam como lastro nas operações financeiras, enquanto milhares de famílias trabalhadores passam fome nas margens das estradas, acossados e tangidos por jagunços e capatazes.

Não há planos econômicos para assentar trabalhadores sem terra, para apoiar cooperativas e formas autogestionárias de produção no campo, nem na cidade. Mas há planos econômicos monitorados pelo FMI, organizados, também, para conter o crescimento dos países periféricos. A globalização neoliberal não podia admitir que

países como o Brasil crescessem ao ritmo histórico de 7% ao ano, quando as taxas de crescimento dos países desenvolvidos estavam em queda, no processo de desaceleração geral do desenvolvimento capitalista, desde as décadas de 70, 80 e 90. Por isto os planos de ajustes, como o Plano Real, no Brasil, são "*... para atrelar os países que cresciam de forma mais rápida, no mundo em desenvolvimento...*", como afirma o jornalista Raimundo Pereira, ressaltando: "*O Real é um plano, fundamentalmente, para atrelar o país a uma taxa de crescimento menor, em função desse tipo de mecanismo do desenvolvimento*".

Esse é um dos exemplos da perda de autonomia política do Estado, ao condicionar o crescimento econômico do País a partir de limites determinados por organismos internacionais e abrir para esses organismos a livre fiscalização do que é executado. Os planos controlados e monitorados pelos organismos financeiros internacionais rompem a soberania do Estado-Nação e reduzem o espaço de ação do aparelho estatal. É a imposição da submissão e da entrega de prerrogativas da Nação. Os blocos de poder, desse modelo neoliberal, tentam atrair tudo à sua volta, como um grande buraco negro financeiro. Eles criam formas de integração subordinada para favorecer os mercados dos países desenvolvidos, para aumentar os lucros dos capitalistas e das grandes transnacionais monopolistas.

A crise energética no Brasil, como em outros países, é, também, o resultado da submissão aos planos econômicos do FMI, da falta de planejamento e da privatização de empresas, usinas e linha de transmissão. O modelo do sistema elétrico, estabelecido pelo governo brasileiro, adotado por força dos acordos com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, transferiu para empresas e investidores que compraram estatais recursos públicos por meio de empréstimos do BNDES retirados do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O governo privatizou a maior parte das distribuidoras, aquelas empresas que levam a energia até o consumidor, conforme o plano de privatização previsto na Lei 9.648/98, que previa a privatização de todas as estatais do setor elétrico as quais deveriam ser separadas pelas três áreas de geração, produção e transmissão de energia para, na proposta do governo, impedir que as empresas ficassem com o controle total e, com isso, tivessem o monopólio do mercado.

Para monitorar o sistema, o governo criou o ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico, empresa que monitora diariamente o consumo de energia no Brasil, fazendo as transferências de regiões em casos de falta de energia. Para regular o setor, foi criada a Aneel, uma agência governamental independente que deveria assegurar o bom funcionamento do sistema elétrico garantindo o equilíbrio da oferta e da procura de energia elétrica, dar concessões para a construção de usinas, redes de distribuição ou transmissão, fiscalizar as empresas e regular o mercado de forma a impedir abusos contra o consumidor.

Isso não ocorreu. O governo não investiu em geração de energia, as empresas privadas não investiram e não foram fixadas regras claras para o setor. O resultado é a escassez

de energia. Os contratos de concessão das geradoras de energia elétrica privatizadas, por outro lado, ou não estabeleceram meta para aumento da oferta de energia por parte do controlador privado ou exigiram aumento insuficiente e apenas para os oito primeiros anos do contrato de concessão que, em geral, são de 30 anos. Mas sem penalidades em caso essa determinação não seja atendida. Conforme a Federação Nacional de Engenheiros, para ser compatível com a expansão de consumo de energia no mercado brasileiro é necessário que haja crescimento do setor em 5% ao ano.

O acordo com o FMI, por sua vez, impediu que as estatais federais realizassem investimentos da ordem de R\$ 17,6 bilhões desde outubro de 1998, aprofundando a crise energética. Quando o Brasil fixou um pacote de US\$ 41,5 bilhões com o Fundo Monetário Internacional teve que acertar várias metas econômicas com o Fundo, entre elas o pagamento dos juros da dívida pública, com recursos do Orçamento. Por causa desse acordo, o governo central economizou R\$ 75,249 bilhões para cumprir metas fiscais e alcançar um superávit primário, com o sacrifício das estatais em 23% do valor economizado no Orçamento. Os limites fiscais impediram que a Eletrobrás e a Petrobrás investissem em projetos de construção de hidrelétricas e termelétricas, o mesmo ocorrendo com Furnas e Eletronorte.

As medidas impostas pelo FMI, com a determinação dos limites fiscais para emprestar dinheiro ao País, consideraram como gastos todos os recursos despendidos pelos governos federal, estadual e municipal e pelas empresas por eles controladas. Assim, se qualquer uma das empresas do setor de energia elétrica aumentasse os seus gastos com investimentos na geração, distribuição ou transmissão de energia estaria aumentando os gastos do governo, de acordo com a metodologia de cálculo das contas públicas utilizadas pelo FMI. Para atender ao Fundo o governo central optou pela crise e, agora, transfere para a sociedade mais uma conta produzida pela subserviência do País aos justes fiscais determinados pelo Fundo Monetário Internacional, ajustes que prevêem, ainda, a privatização de Furnas, Eletronorte e Chesf. Juntas, estas empresas produzem cerca de 70% da energia consumida no País.

Exemplo de integração subordinada ocorre com a adesão ao NAFTA. Como o México está integrado nessa área de comércio? O México se submete a todas as determinações da economia norte-americana? Diminuiu a dívida pública? Aumentou o número de empregos para os mexicanos? Facilitou a penetração dos produtos do *agrobusiness* norte-americano? Houve devastação na estrutura propriedade rural? São questões para examinar.

Agora está em debate a inserção dos países latino-americanos à Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, uma inserção que se dará sob a tutela hegemônica dos Estados Unidos. Nos anúncios e disposições do governo brasileiro, a ALCA surge como uma fatalidade histórica, um destino inexorável ao qual devemos nos submeter; outros chegam a afirmar a existência de relações carnis com os Estados Unidos para justificar essa subordinação. Os anúncios governamentais e a publicidade dos grupos de interesse omitem que a ALCA, mais do que integração, é um projeto estratégico dos Estados

Unidos para consolidar a sua dominação sobre a América Latina, com isto eles pretendem estabelecer um espaço favorável à ampliação das suas fronteiras econômicas.

Em verdade objetivam apropriar-se dos 30% da população com renda mais alta, os demais 70% são prescindíveis. A adesão, na forma e no modelo pleiteados pelos norte-americanos, levará a maior aprofundamento da abertura e desregulamentação econômica e financeira, à fragilização da economia e ao enfraquecimento político dos Estados nacionais latino-americanos.

Os processos de integração já em andamento desde a primeira Cúpula das Américas, realizada em Miami, em dezembro de 1994, incluem regras e normas para regular a redução de barreiras tarifárias, políticas de subsídios, antidumping e medidas compensatórias, além de decisões sobre desregulamentação do fluxo de capitais na região e proteção dos investimentos externos de possíveis ações dos Estados, abertura das compras governamentais para o capital estrangeiro, proteção da propriedade intelectual para favorecer os grandes monopólios, especialmente nos setores da indústria farmacêutica e da biotecnologia, além de ampla abertura dos serviços para os investidores externos.

É preciso considerar que a ALCA pretende abranger a todos os países da América Latina, com exceção de Cuba, integrando 34 países com uma população de 783 milhões de habitantes com um PIB de US\$ 11,485 trilhões, dos quais US\$ 8,915 trilhões são dos Estados Unidos, ou seja, mais de 77,6%. A previsão é de que, consumada a integração à ALCA, em 15 anos os consumidores dos países membro poderão comprar a maior parte de bens e serviços produzidos nos Estados Unidos sem pagar tarifa de importação; por outro lado, as empresas de países do Mercosul e dos demais países integrados terão de enfrentar a concorrência, sem qualquer tarifa de importação, das empresas norte-americanas.

No caso do Brasil, segundo o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, ex-diretor do Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais do Itamaraty, a ALCA vai destruir o projeto de desenvolvimento autônomo e de construção da sociedade brasileira, agravando a dependência econômica do País em relação ao exterior, o que já é extremamente grave. Samuel Pinheiro denuncia que *"A política brasileira tem se caracterizado por uma inserção no mínimo despreocupada no processo de globalização, em busca de fugaz e ilusória "credibilidade" junto à comunidade financeira internacional. Reduziram tarifas unilateralmente; não controlaram os capitais especulativos; aceitaram investimentos estrangeiros sem compromissos de tecnologia ou de exportação; abdicaram de instrumentos de promoção de exportações e finalmente aceitaram regras que limitam a autonomia da política econômica"*. O embaixador foi demitido do Itamaraty após emitir a sua opinião.

A respeito do ALCA é apropriada a observação do jornalista e cineasta Arnaldo Jabor, ao dizer: *"Como discutir com gente (os norte-americanos) para quem a legislação antidumping é intocável? Como discutir, se acabam de aprovar uma lei no Congresso que estende subsídios à agricultura até 2011? Como discutir, se eles já deixaram claro*

que não abrem mão de taxas ecológicas ou sanitárias? ". Ele indica questão importante, com referência à concepção dos norte-americanos com relação ao comércio, para eles o comércio é uma operação militar.

Quando da crise asiática, o Japão propôs a criação de uma espécie de FMI regional, Robert Rubin e Larry Summers, durante as negociações para impedir o surgimento desse organismo, compararam a atitude comercial dos japoneses com a guerra do Vietnã. Jabor afirma que *"Há pouco o diretor da CIA declarou que a agência existe hoje para fazer espionagem industrial e comercial. A meta atual dos Estados Unidos é fazer do Ocidente uma grande economia sem fronteiras, como exceção das fronteiras deles".*

A proposta do governo norte-americano para a ALCA prevê a liberdade para que as empresas transnacionais dos Estados Unidos possam processar os governos dos Estados nacionais latino-americanos em caso de prejuízos nas suas operações. Caso ocorram manifestações, como greves, paralisações ou passeatas que venham causar prejuízos a estas empresas, elas poderão fazer retaliações ao governo do país para serem indenizadas. Essa é a essência da economia sem fronteiras defendida pelo governo Bush.

O economista Paulo Nogueira Batista Jr. afirma que *" não interessa ao Brasil participar de área de livre comércio com economias mais desenvolvidas e poderosas do que a nossa. Não nos interessa entrar em acordo de livre comércio nem com os EUA, nem com a União Européia nem com o Japão. Muito menos participar de uma área de livre comércio como a Alça, que incluiria, como se sabe, a negociação de regras comuns sobre diversos outros temas de importância estratégica, como investimentos estrangeiros, compras governamentais, patentes e defesa da concorrência".*

Ele observa que *"As economias dos EUA, da Europa e do Japão têm, de uma forma geral, vantagens estruturais imensas em relação à economia brasileira. Vantagens que não poderão ser superadas em horizonte visível... Há fatores relacionados ao ambiente macroeconômico e à chamada competitividade sistêmica (estrutura do sistema tributário, custos financeiros, fraqueza dos mercados de capitais domésticos, deficiências de infra-estrutura entre outros) que colocam as empresas instaladas no Brasil em crônica desvantagem na luta pelos mercados externos e internos. O economista adverte que "Em última análise, acordos como o do Alca reforçariam e consolidariam as tendências desfavoráveis que marcaram a inserção internacional do Brasil e do resto da América Latina desde os anos 90 ... Não há nenhuma surpresa nisso. Afinal, o que é a Alca senão uma nova versão de um velho conhecido nosso: o "Consenso de Washington?"*

São motivos pelos quais, também, não se pode comparar o processo de integração européia com a ALCA. A dolarização das Américas não é igual à criação do euro. No caso latino-americano, a adoção de uma moeda única, o dólar, em todo o continente, significará a abdicação das soberanias nacionais e a entrega da condução da política econômica de todos os países da América Latina para os interesses dos Estados Unidos, ou seja, para os grupos empresariais norte-americanos. No caso da união monetária da

Europa, a integração se processou e continua em andamento mediante a construção institucional de um aparato administrativo, inclusive um Banco Central Europeu, com participação democrática dos países envolvidos. Esta não é realidade da proposta de livre comércio entre as Américas.

Respeito às instituições e a democracia interna dos países do continente americano não integram a tradição dos Estados Unidos. A *"política do cacete"*, adotada para administrar os interesses norte-americanos nos países latino-americanos não será modificada para atender a ALCA, é absurdo achar que eles vão entregar seu poder de emissão do dólar, padrão hegemônico na economia mundial, para fortalecer a integração regional das Américas. É ilusão acreditar que a *"teoria da segurança cooperativa"* que prega o desarmamento oficial da América Latina para que as forças armadas norte-americanas cuidem "in loco" do controle de guerrilhas e do tráfico de drogas possa conviver com a soberania dos Estados nacionais latino-americanos.

Alternativas para os estados nacionais na América Latina

Estes são indicadores que devem ser considerados quando de uma análise e diagnóstico da realidade do Estado contemporâneo e, de forma especial, dos estados nacionais da América Latina, para compreender que o aparelho estatal, nesse formato, tem a finalidade de ser instrumento de proteção dos interesses privados do grande capital, distribuindo as sobras, quando há, para os desprotegidos da sociedade civil. Nessa realidade põe-se o debate sobre uma alternativa pós-neoliberal, a luta por um Estado que não seja apenas a agência executiva de intermediação dos interesses privados do capital financeiro; um Estado que não seja o destruidor dos direitos naturais, mas um Estado Social de Direito, democrático e popular, que não renuncie a defesa dos bens coletivos nos planos do ambiente natural e do ambiente humano e que não seja, tão somente, uma engrenagem do sistema econômico.

Repensar o Estado, nas condições atuais, na perspectiva da emancipação, corresponde a identificar as suas funções sociais frente as necessidades humanas fundamentais, significa buscar os fundamentos do seu ordenamento social cujos princípios essenciais são a solidariedade e a subsidiariedade; solidariedade para assegurar os direitos dos mais necessitados e subsidiariedade para propiciar as condições adequadas e equânimes de produção e distribuição.

Para reverter a situação atual dos Estados nacionais latino-americanos, além de uma ampla cidadania solidária entre movimento de trabalhadores, representações políticas, organizações da sociedade civil, empresários com vocação produtiva, movimentos sociais e das demais forças que possam ter coincidências quanto a necessidade de impedir a continuidade do modelo atual, é necessário analisar a nossa realidade, conhecê-la entendê-la. Compreender que, especialmente na América Latina e nos demais países subordinados, há mudanças substanciais no plano da administração pública em consequência da hegemonia autoritária do capital financeiro, volátil e especulativo.

O movimento capitalista de acumulação – no ciclo de produção, reprodução de lucros e reinvestimentos – que estrutura a dominação política, econômica e social dos capitalistas, se modifica com a mobilidade "consentida do capital financeiro. Não há, nessa nova dinâmica do capital, a justificativa de que os lucros obtidos nos investimentos produtivos sejam, também, de interesse geral da sociedade. Os investimentos produtivos são subordinados ao percurso do capital financeiro, deixam de ser fontes de geração de emprego, de crescimento econômico, de aumento na arrecadação de impostos e de provimento, para o Estado, dos recursos necessários à proteção social, dos trabalhadores e das camadas desprotegidas da sociedade.

Esse modelo desenvolvimentista perde espaço no processo acelerado de globalização e dos ajustes realizados para dar vazão à volatilidade do capital especulativo, ocasiona mudanças das políticas macroeconômicas, no plano mundial, na redução do tamanho do Estado, de forma a torná-lo mais eficaz e mais eficiente nas suas intervenções destinadas a reduzir as restrições ao movimento do capital financeiro e o das forças do mercado.

Mas, essa adaptação não se faz de forma similar, nem mesmo semelhante. Os países desenvolvidos como os da Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Canadá, entre outros, por exemplo, adotaram medidas de proteção social e mantiveram os seus Estados como instrumento de desenvolvimento e regulação da equidade social. As economias destes países mantiveram a perspectiva de crescimento ainda que fosse um tipo de desenvolvimento adaptado aos fluxos do capital financeiro, porém, foram mantidas estruturas produtivas dinâmicas, garantiram-se a produção, apropriação e difusão dos avanços científicos e tecnológicos com a retenção de parcelas do capital volátil para investimentos nas áreas industriais, comerciais, agrárias e de serviços.

Entre os países da América Latina a presença do capital especulativo tem a finalidade de gerar lucros cada vez mais altos para realimentar os seus próprios circuitos, quase sem conexões com a estrutura produtiva. Dados do Banco Mundial confirmam que do fluxo de capitais para os países em desenvolvimento, em 2000, da ordem de US\$ 204,4 bilhões, US\$ 70,4 bilhões destinavam-se a financiamento de títulos; US\$ 35,5 bilhões para investimentos em ações e US\$ 98,5 bilhões em empréstimos bancários. Os lucros desse capital advêm da especulação com títulos da dívida pública e das diversas operações deste circuito, como o procedimento do "*risco país*" que aumenta o custo dos recursos para os países subordinados.

Com a participação do FMI, vigiando, monitorando e punindo, os donos do capital especulativo impõem os seus interesses particulares, entre eles a exigência do pagamento dos juros da dívida pública ainda que tais pagamentos custem o sangue dos povos submetidos a esta exploração selvagem. Cria-se, com essa lógica de extração e acumulação de capital, um círculo vicioso de crises, de recessão e de ampliação das injustiças sociais, com a subordinação e comprometimento, cada vez maiores, da soberania dos países enredados nessa trama. Para a manutenção desse processo, o pagamento dos juros da dívida pública e o constante aumento dessa dívida para continuar rendendo juros e lucros ao capital financeiro é uma condição determinante.

O caráter predador e corrosivo desse processo é denunciado pelo cientista político argentino, Guillermo O'Donnell, referindo-se à situação da Argentina. Ele observa que *"O problema para esse capital e seus porta-vozes é que seu discurso não pode ser verossímil. É demasiado evidente, apesar dos esforços redobrados que se fazem e que serão redobrados no futuro, que o interesse particular desse capital financeiro não pode ser de maneira alguma o interesse geral de nossa sociedade... A voraz especulação que constitui esse tipo de capital tem, na medida em que se desnuda cada vez mais, a grave conseqüência de despojá-lo de aliados sociais. Evidentemente, para dissimular a nudez, esse capital pode usar sua imensa capacidade de corrupção e de cooptação. Mas essas não são alianças que permitem projetar estratégias políticas; são contratos de compra e venda de pouca duração e baixa densidade política."*

A penetração e domínio do capital financeiro sobre o aparelho do Estado poderão levar a conseqüências perigosas, como adverte Guillermo O' Donnell, há "o *risco de morte lenta de nossa democracia. Isto é, não se trataria de um golpe militar abrupto, mas da progressiva corrosão das liberdades básicas, o crescente distanciamento da política em relação ao conjunto do país e a redução da política ao estreito cenário das intrigas de palácio*".

Deve ser permanentemente observado que liberalismo, neoliberalismo, neocolonialismo têm os seus próprios métodos para sufocar e debelar as questões sociais, com a utilização de recursos que vão desde a regulação e limitação das ações dos explorados até a imposição da violência estatal, através de governos títeres e ditadores. O enfrentamento da crise do Estado, por parte do movimento de trabalhadores, não pode perder de vista este caráter autoritário da ideologia neocolonial.

O nosso empenho, portanto, deve voltar-se para a construção de alternativa ao modelo neoliberal de um Estado apropriado e manipulado pelo capital financeiro, na sua forma mais selvagem e mais absurda de exploração. Consiste em estruturar alternativa superadora da atual confrontação entre Estado e mercado com vistas ao Estado Social de Direito como pressuposto da democracia popular, como instrumento adequado às necessidades históricas atuais, sem incorrer na defesa do estatismo e do politicismo como solução para todos os males.

A conjunção entre Estado, sociedade civil e mercado deve efetivar-se, concretamente, na participação organizada que não se limita, meramente, aos marcos formais da ação eleitoral. A participação, no Estado Social de Direito, é a corresponsabilidade em processos de decisão e avaliação, com a organização social das forças democráticas e populares e a transformação das estruturas institucionais. O remédio amargo dos ajustes econômicos poderá causar efeitos colaterais expressos em manifestações de descontentamentos dos excluídos, dos oprimidos e dos demais explorados. O peso da opressão pode ser, ao mesmo tempo, o caminho para a libertação.

Um caminho que se oferece ao Movimento dos Trabalhadores da América Latina desde que tenhamos coragem de nos colocarmos, frontalmente, contra a corrente política

majoritária e hegemônica do nosso tempo; desde que sejamos capazes de manter e fortalecer os nossos princípios, assumindo a defesa da igualdade como pressuposto da diversidade, conscientes de que, nesta luta, não se pode transigir em idéias.

Recusamos a concepção neoliberal da uniformidade. Defendemos o pressuposto da igualdade social, a igualdade das possibilidades reais de cada pessoa em viver uma vida plena, com oportunidades iguais de saúde, educação, moradia, trabalho e renda, áreas que jamais serão providas pelo mercado de maneira equânime. Acreditamos no movimento da história como inerente à forma de ser e ir sendo da sociedade humana, por isto, rejeitamos a submissão conformista aos cânones e estruturas neoliberais como se fossem eternas e imutáveis ou como destino inexorável da humanidade.

No desafio que se coloca para o Movimento dos Trabalhadores se inclui a necessidade essencial de afastar a cultura mistificadora do neoliberalismo como tarefa imediata. Romper com esse modelo desagregador, individualista e consumista e construir alternativas sociais e populares que substituam o naturalismo neoliberal por uma ideologia da solidariedade, da fraternidade e da igualdade para reverter o quadro de violência, exclusão e perversidade estabelecido pelo modelo neoliberal.

Desafio posto na realidade da etapa histórica do mercado mundial com seus imperativos e condicionamentos, da empresa global que não tem mais um centro fixo e cuja racionalidade é meramente econômica para assegurar rentabilidade e lucratividade. Realidade da mundialização que se opõe ao Estado-Nação. Por isto, na economia globalizada, as funções do Estado são dificultadas, já que ele não controla mais os fluxos de recursos, de informação, de mercadorias e da própria organização social.

Conforme advertência feita pela CLAT, *“a globalização da economia sob o predomínio da ideologia neoliberal aponta para a consolidação de um novo tipo de civilização e de cultura universal e também de uma nova ordem mundial, tremendamente negativos para os países em via de desenvolvimento e para os trabalhadores em geral, além de ser incompatível com a liberdade e a justiça”*, porém, de forma contraditória, esse processo aponta a possibilidade de efetivação de uma nova sociedade civil mundialmente articulada, uma possibilidade de democratização e construção de uma nova ordem global mais livre, mais justa e solidária.

Esse é o marco para repensar um novo modelo de Estado para os países da América Latina. Esse é o cenário no qual precisamos e devemos atuar, de forma protagônica e corajosa, para recuperar as funções do Estado e a participação da comunidade organizada; propor e participar da construção de poder político e social alternativo aos modelos existentes; poder político capaz de atuar como regulador do mercado e da produção de bens e serviços; da exploração dos recursos naturais e da incorporação dos avanços científicos e tecnológicos; do abastecimento de bens e serviços aos assalariados; do estabelecimento de programas de proteção social e reorientação da intervenção estatal com vistas a recuperação da soberania.

Nessa perspectiva, o único itinerário possível é o da penetração da sociedade civil no Estado, a sociedade civil deve ser o fator determinante da ação política, condicionando a forma do Estado; ela é o espaço privilegiado da transformação social que se expressa na distribuição social das formas e maneiras de poder; portanto, a perspectiva de uma nova sociedade pressupõe a recusa da supremacia da sociedade política sobre a sociedade civil. Entende-se por sociedade civil "*o povo socialmente organizado*", única condição para se instituir o poder social dentro de um novo modelo de um Estado Social de Direito para o qual devem concorrer as ações do Movimento dos Trabalhadores em conjunto com os demais movimentos sociais que se unificam nesta direção.

A organização social do povo, o resgate da trajetória histórica do movimento operário, a inserção solidária dos novos movimentos e um novo tipo de desenvolvimento integral são os processos de construção de novas sociedades democráticas, nas quais possa se conformar um reordenamento entre o Estado, a Nação, o Povo e a Sociedade Civil. Um Estado Social de Direito que seja forte o suficiente para assegurar o bem comum e a realização das pessoas e da comunidade; que tenha a solidariedade como princípio unificador e que promova e possibilite o efetivo exercício dos direitos humanos nos setores econômico, político, social e cultural; um Estado Social de Direito capaz de submeter o mercado aos interesses comuns da sociedade com respeito e incentivo às distintas formas de autogestão, com observância os princípios e valores do humanismo, com o fortalecimento do espaço público para estabelecer o ponto de encontro entre a Sociedade Política, a Nação e a Sociedade Civil.

Um novo modelo de Estado capaz de encaminhar, de forma soberana, os diversos desafios dos estados Nacionais latino-americanos, desde a reversão da questão da dívida externa até as graves distorções da estrutura fundiária. São, portanto, desafios gigantescos frente aos quais é decisiva a participação dos trabalhadores do setor público, através do movimento organizado das suas entidades. Movimento que necessita da participação dos trabalhadores estatais e no qual a Clatsep pode desempenhar papel fundamental.

Portanto, lutar pela transformação do Estado na América Latina, atuar em apoio a um novo modelo de Estado Social de Direito, democrático e popular, esta é a nossa missão, a nossa tarefa e o nosso dever. É a nossa obrigação histórica. É o nosso compromisso com as gerações que vão nos suceder.